

Representações no espaço: o quadrilátero histórico em Campos dos Goytacazes

Rosilene Cunha TAVARES¹
Elis MIRANDA²

RESUMO: O objeto de estudo deste trabalho é o espaço urbano denominado “quadrilátero histórico”, em Campos dos Goytacazes. É um conjunto arquitetônico estruturado no entorno da Praça Barão do Rio Branco, e no qual se destacam os seguintes marcos históricos: o prédio do Liceu de Humanidades de Campos, construído em meados do século XIX para residência do Barão da Lagoa Dourada; o da Vila Maria, edificado nas primeiras décadas do século XX; o do Fórum Nilo Peçanha, atualmente ocupado pela Câmara de Vereadores de Campos e cuja construção data de 1935, além da própria Praça, que conserva as características originais da *Belle Époque*. Entende-se que esse conjunto é marco de uma época e de uma classe social, que estão representados na permanência de elementos significativos para a memória coletiva, e, portanto, para a construção do sentido de identidade, como ícones do poder simbólico econômico e político da elite social campista. A análise, que utiliza os conceitos teóricos da Nova Geografia Cultural, faz-se a partir da paisagem atual, enfocando sua importância para o patrimônio histórico e cultural da cidade. Busca-se reconstituir o contexto histórico em que se inserem esses elementos espaciais numa abordagem que estabelece conexões entre os níveis local, nacional e internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Quadrilátero histórico. Paisagem. Identidade. Memória. Poder simbólico. Patrimônio cultural.

Representations in space: the historical quadrilateral in Campos dos Goytacazes

ABSTRACT: The main purpose of this project is the urban space denominated "historical quadrilateral " in Campos dos Goytacazes. It is an architectural surrounding built around Barão do Rio Branco square, in which what really outstands are the historical buildings such as Liceu de Humanidades de Campos, built in the middle of the 19th century to be the residence of the Barão da Lagoa Dourada, the Vila Maria, built in the beginning of the 20th century, and the Nilo Peçanha Forum, actually occupied by the Camara de Vereadores de Campos, and which was built in 1935, besides the square itself, which keeps until this very day its original structure of the " *Belle Époque*". It is believed that this surrounding is the landmark of a time and of a social class, which are still represented in the permanence of meaningful elements which maintain the signification of identity of that time as an icon of the symbolic economical and political power of the cream of Campos society. The analysis, which uses the theoretical concepts the New Cultural Geography, is made from today's view focusing on its importance for the historical and cultural patrimony of the city. One tries to rebuilt the historical context in which the spatial elements are inserted in an approach which establishes connections among the local, the national and the international levels.

¹ Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades pela Universidade Candido Mendes - Campos. Professora da Universidade Estácio de Sá. E-mail: rosicunha@hotmail.com

² Doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ). Professora do Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense – POLO CAMPOS. Parte integrante do projeto financiado pelo Edital UNIVERSAL-CNPQ (2009-2010). E-mail: elismiranda10@gmail.com

KEYWORDS: Historical quadrilateral. Landscape. Identity. Memory. Symbolic power. Cultural patrimony.

Introdução

Enfoca-se, neste artigo, o espaço urbano que constitui o chamado “quadrilátero histórico” em Campos dos Goytacazes. Conjunto arquitetônico que se estruturou no entorno da Praça Barão do Rio Branco, mais conhecida como Praça do Liceu, nele se destacam marcos históricos importantes: o prédio do Liceu de Humanidades de Campos, construído em meados do século XIX para residência do Barão da Lagoa Dourada; o da Vila Maria, edificado nas primeiras décadas do século XX; o do Fórum Nilo Peçanha, atualmente ocupado pela Câmara de Vereadores de Campos e cuja construção data de 1935, além da própria Praça, que conserva as características de planos urbanísticos da *Belle Époque*.

A análise é feita a partir da paisagem atual, destacando sua importância para o patrimônio histórico e cultural da cidade. Como existem diferentes modos de se analisar uma paisagem, a opção feita foi pelas orientações analíticas da Nova Geografia Cultural. De acordo com essa corrente de pensamento, entende-se um conjunto urbano como marco de uma época e de uma determinada classe social, representados na permanência de elementos significativos para a memória coletiva, e, portanto, para a construção do sentido de identidade

Nessa perspectiva, considera-se que esses espaços têm significados sociais, histórico, psicológico, político, religioso, enfim, um significado cultural para seus habitantes atuais, que remete aos seus antepassados. É assim que se delinea o sentido de identidade, que desempenha importante papel no processo de apropriação coletiva do espaço.

A evolução das sociedades se traduz nas construções que são concretizadas no espaço. Espaço e tempo – paisagem e memória – tornam-se categorias indissociáveis e básicas para o entendimento do processo por que passam os grupos sociais em suas relações com o espaço. Essa construção da paisagem envolve igualmente elementos culturais e ideológicos.

O espaço construído, visto como produto de uma atividade coletiva, assume forma e estratégias particulares, que lhe dão forma, estrutura e função próprias. Torna-se marca de identidade de um grupo social, já que é a representação do poder político, cultural, alcançado por aquela sociedade numa dada época e lugar.

Desse modo, é possível fazer-se a leitura de uma paisagem, como um texto, a partir dos elementos nela inseridos, que remetem não só a um tempo, como aos grupos sociais que

os construíram e, conseqüentemente, transformaram-nos também em representações de poder simbólico, como nos ensina Bourdieu (2002).

Para este estudo foi utilizada a pesquisa documental, com consulta a livros, jornais de época, fotografias, documentos e mapas históricos. O texto apresenta duas seções. Na primeira, de caráter mais teórico, paisagem e memória são apresentadas como formas de representação social. São retomados os conceitos de Pierre Bourdieu, de Cosgrove, James Duncan, Roberto Lobato Corrêa, entre outros. Na segunda parte, busca-se relacionar esses conceitos à paisagem atual no recorte espacial feito, identificando e explicando as diversas marcas nela impressas em distintos momentos da história da cidade. O estudo não se limita à observação e descrição dos aspectos físicos, mas tenta identificar as relações entre esses elementos da paisagem e o contexto sociohistórico em que se acham inseridos. Entende-se, também, que os elementos espaciais construídos remetem a um grupo social específico, que ali deixou impressos seus ideais estéticos.

Paisagem, memória, poder simbólico: uma abordagem teórica.

O conceito de representação nas ciências sociais foi usado, primeiramente, por Durkheim (1995), quando estabeleceu as diferenças entre as representações individuais e coletivas. Seu objetivo, então, era estabelecer um objeto específico para a sociologia, marcando os limites entre ela e a psicologia. Lançou, assim, os fundamentos de uma sociologia das formas simbólicas, uma vez que, para ele, as formas de classificação deixariam de ser universais e se tornariam sociais, ou seja, arbitrárias, relativas a um grupo particular e, por consequência, socialmente determinadas.

Segundo Junqueira (2005), a noção de representação social vem sendo mais estudada nas últimas décadas, quando surgiu a necessidade de se explicar a importância que a dimensão cultural exerce sobre os fenômenos sociais. Dessa forma, cultura, economia e política se tornam as principais dimensões a serem consideradas numa análise da realidade social.

No final do século XIX, a ênfase foi dada à política e à economia, mas ambas não conseguiram explicar a realidade social de uma forma precisa. Na segunda metade do século XX, a ênfase passou a ser dada à dimensão cultural.

O processo de expansão dos mercados trouxe consigo a necessidade do uso da publicidade, do *marketing*, utilizados tanto na esfera política quanto na econômica e na social, e propiciou o desenvolvimento do estudo das representações simbólicas.

Ao examinar esse sistema de representações simbólicas, Pierre Bourdieu (2002) retoma os conceitos de Durkheim e os amplia, ao afirmar que os sistemas simbólicos se tornam instrumentos de conhecimento e de comunicação e exercem um poder estruturante, na medida em que são estruturados. É ainda Bourdieu (2002, p.10) que ensina:

Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral”.

Para Bourdieu (2002), as representações se materializam nas práticas sociais e nas instituições, mas não são autônomas. Ele parte do conceito de sistema e estrutura e coloca em questão a realidade das instituições e da vida social contemporânea.

Por outro lado, o espaço oferece também possibilidades múltiplas de leitura, pois não é homogêneo o processo de apropriação que sofre dos grupos sociais. Reflete a diferenciação das classes sociais, permitindo aproximações e distanciamentos entre os indivíduos.

O espaço urbano, assim, torna-se, simultaneamente, uma construção social e mental. Constrói-se e vivencia-se de acordo com códigos e universos simbólicos os mais diversos, expressos nesse espaço e passíveis de diferentes leituras.

Numa perspectiva semelhante, é importante ressaltar as ideias do geógrafo inglês Denis Cosgrove (2000), para quem a paisagem urbana deve ser compreendida como resultante da forma como a sociedade a organiza, a partir de seu modo de produção econômica. Esse autor afirma ainda que o conceito cultural de paisagem não surge na mente dos seres humanos descolado de um contexto histórico de relações humanas. Para ele, a cultura dominante procura produzir paisagens de acordo com sua imagem de mundo, que é imposta como realidade de todos. Nesse caso, as paisagens alternativas seriam produzidas por grupos não dominantes, teriam menos visibilidade e, conseqüentemente, a elas não seria atribuído o mesmo valor.

Essa concepção também é reforçada por James Duncan (1990), em seu trabalho *The City as Text*, em que avalia as relações entre paisagem e poder político. Seu objeto de análise foi a capital do Sri Lanka no início do século XIX. Duncan mostra que a paisagem, entendida

como processo cultural, pode servir tanto à reprodução como à contestação do poder político. Dialogando com pesquisadores das ciências sociais, adota uma abordagem interdisciplinar da cultura e da produção cultural. Reconhece que as paisagens não servem apenas para atender às necessidades funcionais dos homens, nem representam criações culturais localizadas, já que as formas que se encontram nos conjuntos arquitetônicos, com seus símbolos e ícones, representam a história que os grupos, em especial os poderosos, contam sobre si mesmos.

Ao discorrer sobre as produções simbólicas como instrumentos de dominação, Bourdieu (2002, p.10-11) reitera essa concepção:

As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto [...] ; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. [...] a cultura que une (intermediária de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.

Para Bourdieu (2002, p.14), as diferentes classes se envolvem numa luta simbólica para impor a definição do mundo social que melhor se harmonize a seus interesses. O poder simbólico se torna, assim um “[...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização”.

O espaço urbano, portanto, espelha essas representações sociais, produzindo e reproduzindo relações sociais de desigualdade. É o lugar da coexistência de contrários - do uso de todos os bens de consumo assim como da incapacidade de sua fruição. Cria a exclusão e remete para as periferias as classes menos favorecidas.

Todavia, ao mesmo tempo, cria vínculos com aqueles que o habitam, na medida em que dá forma a um sentido de identidade, de pertencimento. São lugares, construções, monumentos, elementos alegóricos que remetem a fatos, vivenciados ou não, mas presentes na memória.

Portanto, valores e crenças dos indivíduos afetam o modo como veem e interpretam o espaço em que vivem. Ora, se a maneira de olhar e interpretar o mundo é cultural, daí se pode inferir que, pelo menos em parte, essa visão reproduz a maneira de ver o mundo da classe dominante. Nesse sentido, pode-se afirmar que o espaço urbano se constitui de um

componente objetivo, pois foi apropriado e transformado pela ação do homem, bem como de um componente subjetivo, caracterizado pelos significados simbólicos que são atribuídos a essas construções. E, evidentemente, esses significados não são uniformes, mas distintos para os diversos grupos sociais, dando origem a conflitos, já que são diferentes as visões e expectativas de cada um desses grupos.

Por outro lado, esse espaço urbano, produto cultural, sofre constantes transformações por parte daqueles que nele habitam. Como explica Argan (2005), essas obras – monumentos, construções – apesar de pertencerem ao passado, inserem-se no nosso tempo, ocupam um espaço atual, o que nos leva a inseri-las e justificá-las em nosso sistema de valores. E esse valor que lhes atribuímos é, por certo, bem diverso daquele que tinham os que os construíram. Ainda que as obras sejam as mesmas, as pessoas não o são mais.

Analisando-se os espaços urbanos, verifica-se que eles podem ser estudados sob formas diversas: como uma unidade estatística e espacial, como um lugar em que as pessoas agem e interagem socialmente ou mesmo como um conjunto de imagens.

Na realidade, o espaço urbano não se limita apenas às categorias de dimensão e função, mas difere também em qualidade e significação. A forma que as cidades adquirem, bem como o modo como se organizam, reflete-se na paisagem urbana, que é a parte da estrutura urbana que se revela aos sentidos humanos. É estabelecido um conceito cultural de valor, tanto estético quanto de uso, na utilização do espaço urbano. É isso que, em parte, explica a facilidade com que construções de épocas passadas são substituídas por outras mais representativas dos valores socioeconômicos então vigentes. Como explica Argan (2005, p.25):

E o que se aceita ou se recusa é, na realidade, a coexistência com a obra, a qual está fisicamente presente e, apesar de pertencer ao passado, ocupa uma porção do nosso espaço e do nosso tempo reais. Não temos alternativa: é um dado de nossa existência. Se lhe reconhecemos um valor, devemos inseri-lo e justificá-lo em nosso sistema de valores; caso contrário, devemos nos livrar dele, fingindo que não o vemos, removê-lo ou, mesmo (como muitas vezes acontece), destruí-lo.

O fato é que a paisagem se altera em função dos usos que a sociedade faz dela e, portanto, não se constrói apenas a partir do espaço físico, mas, principalmente, pelos usos que são dados a esse mesmo espaço. Formas e modos de organização se refletem na paisagem e são elementos essenciais para a compreensão do funcionamento de uma cidade.

As intenções humanas se concretizam nas construções, no aproveitamento do espaço físico. Moldam o ambiente, organizam o uso, fixam elementos que remetem a um determinado tempo. A cidade torna-se um espaço em que persistem elementos de vários

tempos, elementos que refletem a história dos grupos sociais- geralmente os de maior poder aquisitivo – que construíram e usaram esse espaço. Landim (2004, p.38) afirma:

Uma vez que a sociedade se faz presente por meio de seus objetos, e considerando a paisagem urbana como produto resultante de vários fatores que poderiam ser sintetizados em História e natureza, onde a história é uma intervenção cultural do homem num determinado momento e a Natureza, uma base física qualquer, pode-se dizer que tecnicamente a paisagem urbana deve refletir ou pelo menos denunciar o momento histórico em que está inserida.

A produção e a construção da paisagem urbana, portanto, varia de acordo com os métodos e técnicas de produção e de acordo com as relações sociais e culturais vigentes em cada época. É uma imagem, uma criação mental e social, criada a partir das relações de uso que são estabelecidas e que criam um sentido de pertencimento, de identidade. O espaço edificado se estrutura com determinadas características, que o compõem e o transformam num lugar para as pessoas que o habitam. Corrêa (2001, p.30) explica que “[...] o lugar passa a ser o conceito-chave mais relevante, enquanto o espaço adquire, para muitos autores, o significado de espaço vivido”.

Assim, o sentido de identidade se estabelece por meio de práticas sociais que recriam o espaço, já que os saberes e os fazeres humanos instituem novos significados, organizam e criam símbolos, estabelecem uma mediação entre o mundo interior e o exterior. É desse modo que surge uma relação entre paisagem e memória, baseada na percepção da existência de todo um conjunto de signos que estruturam a paisagem, refletindo uma composição mental que resulta de uma seleção plena de subjetividade.

Essa relação entre indivíduo e paisagem traz consigo o aspecto imaterial, é algo visível a remeter ao invisível. Nesse sentido, a relação paisagem-espaço, que ocorre a partir da percepção humana, estabelece uma complementaridade e, ao mesmo tempo, uma oposição, ao conferir materialidade e subjetividade aos lugares, exercendo um papel fundamental na formação do ser humano.

Ao defrontar-se com a natureza e modificá-la, é estabelecida uma relação cultural, que é também política, técnica. Cada pessoa, cada objeto, cada relação é um produto histórico. O espaço se torna assim, o resultado da produção humana – a paisagem – e passa a refletir o contexto histórico em que se insere e se faz presente. É Landim (2004, p.50) que afirma:

A construção de uma imagem do ambiente urbano, fruto da percepção e da cognição, é um processo bilateral existente entre a cidade e seus cidadãos, mediante o qual o cidadão atribui valores a esse espaço urbano, sendo, portanto, algo extremamente subjetivo e particular.

Entendendo-se a paisagem urbana como reveladora de uma realidade em um determinado momento do processo histórico, estabelece-se a conexão entre paisagem e memória. O espaço urbano é construído ao longo do tempo de vida das pessoas e mostra, em seus elementos, a história da população que ali reside, assim como os recursos naturais de que dispõe e a forma como esses recursos são utilizados. Como nos ensina Costa (2008, p.150):

A relação entre paisagem e memória está assentada na geografia da percepção, na existência de um conjunto de signos que estruturam a paisagem segundo o próprio sujeito e refletindo uma composição mental resultante de uma seleção plena de subjetividade a partir da informação emitida por seu entorno.

É essa seleção que define o conjunto de símbolos que expressa a memória de um lugar. A relação entre pessoas e paisagem passa a ser mediada por uma rede simbólica, em que o concreto, o visível remete ao imaterial, ao invisível. Os símbolos se tornam elementos mediadores entre as diferentes experiências de vida e sua expressão.

Como afirma Certeau (2008, p.189):

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo.

Entender a paisagem como memória é, portanto, estabelecer uma identidade entre o indivíduo e a paisagem. Esta será, inevitavelmente, mediada pelas práticas sociais. São elas que contêm o simbólico dos lugares, onde as relações se concretizam em realidades materiais, que estruturam a paisagem.

Bachelard (2008, p.28), poeticamente, acrescenta:

Nesse teatro do passado que é a memória, o cenário mantém os personagens sem seu papel dominante. Por vezes acreditamos conhecer-nos no tempo, ao passo que se conhece apenas uma série de fixações nos espaços da estabilidade do ser, de um ser que não quer passar no tempo; que no próprio passado, quando sai em busca do tempo perdido, quer “suspender” o vôo do tempo. Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido, É essa a função do espaço.

Considera-se, portanto, que cada pessoa, por meio de sua atividade cognitiva, apreende o espaço em que vive e constrói nele uma relação paisagem-memória, que se manifesta em recortes espaciais específicos. Articula-se uma relação de proximidade e, desse modo, é definido um sentido de identidade com esse lugar, algo construído por meio do conhecimento que se adquire. É esse lugar, constituído por elementos físicos e por relações

sociais, que cria no indivíduo o sentido de pertencimento, de identidade. É essa uma construção social que envolve não só a memória objetiva da história, mas também a afetividade, estabelecendo uma ligação emocional, como expressa Bachelard (2008, p.25), ao afirmar que “pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos”.

O lugar, portanto, concretiza-se numa paisagem que tem em si significados simbólicos e que vão além do que se evidencia no visível, mas que contém as recordações, as saudades, os cheiros cristalizados no imaginário daqueles que o habitam e o constroem.

Bruno Contardis, ao prefaciar o livro de Giulio Argan (2005, p.7) *História da Arte como História da Cidade*, afirma que, numa sociedade como a atual, cuja estrutura cultural já se modificou, esses objetos, monumentos, construções, “[...] são fragmentos de um passado não mais relacionável ao presente, são quase ilhas, resíduos de um continente submerso.” Isso porque, desfeitos os nexos que os relacionavam ao contexto em que foram produzidos, reduzem-se, agora, a meros textos, desvinculados do tecido urbano e cujo valor e sentido, portanto, passam a ser questionados.

Isso de certo modo explica por que muitos prédios históricos são abandonados por seus proprietários, que não lhes reconhecem o valor cultural e histórico e sofrem a degradação do tempo, enquanto outros passam por adaptações que, quase sempre, descaracterizam suas formas originais, para adequarem-se às novas funções que lhes são atribuídas.

Representações no espaço: o quadrilátero histórico em Campos dos Goytacazes

No conjunto arquitetônico denominado quadrilátero histórico, tombado em 1988, destacam-se, principalmente, quatro marcos mais representativos: a Praça Barão do Rio Branco e três prédios públicos que a circundam e que remetem a diferentes épocas da história da cidade: o do Liceu de Humanidades de Campos, a Vila Maria e o prédio do Fórum Nilo Peçanha, onde atualmente funciona a Câmara Municipal.

Em meados do século XIX, o local era uma chácara pertencente a José Martins Pinheiro, que fora Juiz de Paz e vereador, além de senhor de engenho muito rico e proprietário de várias fazendas na região. Suas terras foram adquiridas dos herdeiros dos Assecas, tendo pertencido, originalmente, ao morgado do General Salvador Correa de Sá e Benevides.

Em outubro de 1858, de acordo com o relato de Sousa (1985, p.153), José Martins Pinheiro, mais tarde agraciado com o título de Barão da Lagoa Dourada pelo imperador D. Pedro II, deu entrada na Câmara Municipal a um requerimento em que dizia que

[...] pretendendo edificar uma casa de vivenda em sua chácara compreendida no prolongamento assinalado da rua das Cancellas até a igreja do Sacco, requeria mandasse dar o devido alinhamento à mesma rua para poder edificar na verdadeira direção desta, evitando-se assim embaraços que possam sobrevir si não for o edificio devidamente collocado.

Três anos depois, novo pedido para que fossem prolongadas até a praça, que já estava demarcada, as ruas da Constituição (hoje Avenida Alberto Torres) e das Cancelas (atual Gil de Góis). Oferecia também terreno de sua propriedade para que outra rua fosse aberta, paralelamente à das Cancelas, até a entrada da chácara do major Lucas José de Alvarenga. Esta rua é atualmente a Salvador Correa.

A praça foi oferecida pelo Barão à Câmara na sessão de 11 de outubro de 1860 e recebeu vários nomes. Inicialmente, Praça do Outeiro, já que se encontrava numa colina, Praça do Pinheiro, numa referência ao Barão, Porciúncula, do Liceu e, por último, Praça Barão do Rio Branco, sua denominação oficial atualmente.

As obras do palacete foram iniciadas em 1861 e concluídas em 1864. A inauguração foi noticiada na imprensa local, segundo Cunha (1980, p.54) como “[...] o mais rico edifício e do melhor gosto que hoje se encontra na nossa cidade e seus subúrbios”.

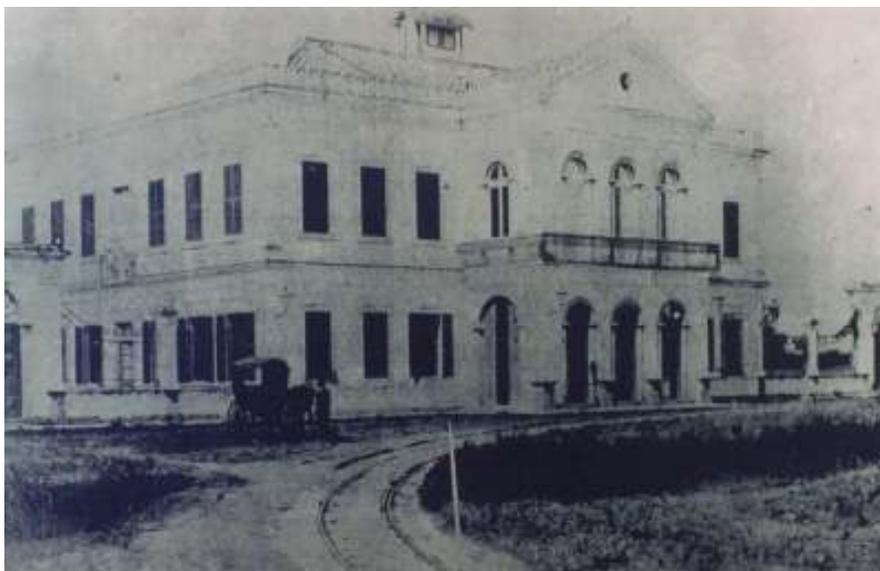


Foto 1 - Liceu de Humanidades de Campos- início do séc. XX

Fonte: Feydit (2004, p.446).

De fato, o edifício que até hoje mantém seu aspecto imponente tem dois pavimentos. No térreo, a parte central, projetada em relação ao restante da construção, há três grandes portas entalhadas e almofadadas, alcançadas por uma larga escadaria, e mais duas portas nas laterais dessa parte projetada. Na linha do edifício, seis janelões, sendo três de cada lado. Complementam a parte de frente do andar térreo dois altos portões de ferro.

No andar superior, na parte central, projetada em relação ao restante da construção, uma sacada de ferro trabalhada para a qual se abrem cinco grandes portas. Seis janelões, três de cada lado, no mesmo sentido do andar térreo completam a fachada. No telhado foi ainda construído um mirante, espécie de pavilhão aberto, de onde se tem uma vista panorâmica da cidade. Durante muitos anos, este foi considerado o ponto mais alto da cidade. Esse setor foi interdito há anos, devido ao mau estado de conservação da escada de madeira que lhe dá acesso.

O prédio original, em estilo neoclássico, encontra-se preservado, embora nele ainda funcione uma escola estadual de ensino médio, o tradicional e centenário Liceu de Humanidades de Campos, cuja fundação remonta a 1880. Foram construídos dois anexos para atender a demanda de alunos e oferecer melhores condições para o ensino. Atualmente, no prédio do palacete funcionam apenas setores administrativos. Tombado pelo INEPAC em 27 de janeiro de 1998, tornou-se um centro cultural.

No andar superior, a que se chega por uma ampla escadaria de madeira que se bifurca em dois lances, encontra-se o “Salão Nobre”, cujo mobiliário remete à época do Barão e tem por destaque um enorme lustre central. Originalmente, esse lustre era de cristal, e a iluminação do palacete era a gás, produzida por um gasômetro lá instalado. Na época, essa forma de iluminação era uma novidade e revelava o gosto refinado e poder econômico de seus proprietários.

Na parte posterior, um amplo salão. Originalmente foi a sala de banquetes, com enormes janelões e uma pequena sacada de ferro batido que dá para o pátio interno, onde ficavam as senzalas. Ali, atualmente, temos espaçosas salas de aula e, na lateral, a quadra de esportes.

Observando a foto 1, vemos também os trilhos de uma linha de bondes. A primeira linha foi inaugurada em Campos em 19 de setembro de 1875 e ligava a estação da Coroa à Praça São Salvador. O Barão da Lagoa Dourada, João de Queirós e Eduardo Guimarães eram os empresários responsáveis.

Todavia, a seção que passava pelo Liceu só foi inaugurada em 7 de setembro de 1883. Nessa ocasião, o prédio já fora adquirido em hasta pública, para abrigar o Liceu de Humanidades, o que ocorreu após o Barão se suicidar, em 29 de julho de 1876.

O Liceu foi criado pelo decreto 2503, de 22 de novembro de 1880, pelo então presidente da província, João Marcellino de Souza Gonzaga. No dia 16 de julho de 1883, o então presidente da província do Rio de Janeiro, Bernardo Avelino Gavião Peixoto, nomeou uma comissão com a finalidade de promover donativos para a construção ou aquisição de um prédio para o Liceu.

A comissão arrecadou 14 contos de réis e, em 4 de dezembro de 1883, o palacete do Barão foi arrematado pela quantia de 25 contos de réis, tendo a referida comissão entrado com a quantia restante, que foi bancada pela Câmara Municipal..

O conjunto, prédio principal e anexos - Pavilhão João da Hora (construído em 1960) e Ivan Senra Pessanha (1990) (foto 2), ocupa todo o quarteirão, formado pela Praça Barão do Rio Branco à frente, pela rua do Barão da Lagoa Dourada à direita, rua da Baronesa da Lagoa Dourada à esquerda e, ao fundo, rua Salvador Corrêa.



Foto 2 -Liceu de Humanidades de Campos – início do séc. XXI
Fonte: Arquivo particular dos autores

É interessante observar que, na denominação das ruas que circundam o prédio foram homenageadas importantes figuras relacionadas à história da cidade: o Barão e a Baronesa, construtores e proprietários do palacete que atualmente é utilizado pelo Liceu e que, sem dúvida, foram os que deram início à expansão do tecido urbano naquela direção.

Atrás do prédio do Liceu, temos a Rua Salvador Correa (de Sá e Benevides). General e uma das figuras mais importantes do século XVIII, segundo relata Carvalho (1985, p.13), ocupou, por várias vezes, o cargo de Governador do Rio de Janeiro e, em 1674, obteve para seus filhos, o primeiro Visconde de Asseca, Martim Correa de Sá, e para João Correa de Sá, a doação da Capitania de São Tomé, que incluía a região onde hoje está a cidade de Campos.

Em 1677, foi fundada a Vila de São Salvador dos Campos para a qual o general concorreu, fazendo a doação de meia légua quadrada de terra. Antes disso, em 1652, mandara construir uma capela de palha no lugar em que hoje se ergue a igreja de São Francisco, na Rua 13 de Maio. A capela foi dedicada a São Salvador e entregue ao monge beneditino Frei Fernando de Monserrate.

Também foi homenageado Gil de Góis, filho de Pero de Góis, companheiro de Martim Afonso de Souza e o primeiro a tentar a exploração da região. Impedido de se fixar nela pela resistência feroz dos índios goitacases, renunciou à Capitania de São Tomé em favor da Coroa portuguesa. Para isso, teria passado procuração, datada de 9 de outubro de 1618, em nome de Antonio Diniz, para representá-lo nessa renúncia. A escritura de renúncia foi datada de 22 de março de 1619.

O interessante é que, após a proclamação da República, em 1889, muitos nomes de ruas e logradouros da cidade foram trocados por homenagearem figuras do Império, mas isso não ocorreu nesse local, o que o torna ainda mais significativo, em termos históricos, ao mesmo tempo em que remete a uma representação simbólica do poder econômico que nele ainda permanece impresso.

Como ensina Lynch (1997, p.126) “[...] os nomes são importantes para a cristalização da identidade[...]. Reforçam fortemente as sugestões de identidade ou de estrutura que podem estar latentes na própria forma física”.

Observando ainda a foto 1, vemos, logo após os trilhos da linha de bondes, o início da atual praça Barão do Rio Branco. Quando a foto foi tirada, ela ainda não existia, era um extenso capinzal. Somente em 1914, no governo de Oliveira Botelho, passou pela reforma que lhe deu as características que até hoje conserva. Mesmo após sucessivas intervenções, mantém o estilo da *Belle Époque*, estilo arquitetônico surgido no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Segundo Follis (2004, p.15), foi essa uma “[...] época marcada pela crença de que o progresso material possibilitaria equacionar tecnicamente todos os problemas da humanidade”.

As cidades buscavam renovar suas feições, a fim de se mostrarem modernas, progressistas, civilizadas. E foi o que ocorreu com a praça, como se pode observar na foto 3.



Foto 3 - Praça do Liceu – início do século XX
Fonte: Arquivo particular de Jaime Ressiguiet

A praça, que originalmente media 126m de extensão por 73m de largura, atualmente está dividida em duas partes pela Rua Gil de Góis. A primeira seção, em frente ao Liceu, fica no nível da rua e ali se construiu um estacionamento. Ao centro, um busto do homenageado, o Barão do Rio Branco.

A parte maior, que se estende até a Avenida Alberto Torres, conta com árvores frondosas e antigas, dois coretos circulares, uma estátua e um chafariz. Os caminhos são sinuosos, os canteiros, gramados e, por toda extensão, há bancos de pedra. É bastante frequentada, principalmente pelos alunos do Liceu e é uma das poucas praças da cidade que não foram cercadas por grades. Mesmo assim, é bem conservada e faz jus ao espírito democrático e de liberdade que sempre caracterizou o Liceu, já que a população a ela se refere não por seu nome oficial, mas como “pracinha do Liceu”.

Do lado esquerdo da praça, fazendo frente para a Rua da Baronesa da Lagoa Dourada e ocupando a extensão que vai da Rua Gil de Góis à Avenida Alberto Torres, ergue-se, no centro do terreno, outro imponente edifício, a Vila Maria (foto 4). Foi construído em 1918, para ser a residência do Sr. Atilano Crisóstomo de Oliveira e sua esposa, D. Maria Queiroz de Oliveira, mais conhecida como D. Finazinha. O proprietário dedicou-se à indústria do açúcar e foi dono de duas usinas, a São Pedro e a de Mineiros. Sua esposa, D. Maria, por seu espírito humanitário e atos de benemerência e filantropia ficou conhecida na cidade como a “rainha da bondade”.

Na divisão administrativa dos bairros da cidade, é ela quem dá nome a essa região, denominada oficialmente Jardim Maria Queiroz.



Foto 4 - Vila Maria – vista noturna

Fonte: Arquivo Particular de Avelino

O arquiteto contratado para executar a obra foi o Dr. José Benevento, que a concebeu no estilo das vilas italianas. Na sua construção foram utilizados materiais de fino acabamento, a maioria importados da Europa. Em testamento, D. Finazinha destinou o prédio para ser a sede da futura universidade de Campos.

Entre 1978 e 1989, o prédio serviu de sede para o Governo Municipal, que promoveu sua restauração. No início dos anos 90, com a criação da Universidade do Norte Fluminense, as disposições do testamento foram atendidas e nele foi instalada a sede da reitoria da UENF. Tornou-se a Casa de Cultura Vila Maria, que oferece cursos, sala de vídeos, exposições e conferências abertos à população.

No lado norte da praça, em frente à Avenida Alberto Torres, ergue-se o não menos imponente edifício do Fórum Nilo Peçanha (foto 5) que, após a inauguração do novo prédio da Justiça, na Avenida 15 de novembro, em 2007, passou a abrigar a Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes.



Foto 5 - Praça Barão do Rio Branco e Fórum Nilo Peçanha – Início do séc. XX

Fonte: Arquivo particular de Jaime Ressiguiet

Inaugurado em 1935, foi construído como parte das comemorações pelo centenário da elevação de Campos à categoria de cidade. O prédio, em estilo greco-romano, foi inspirado no Partenon de Atenas e, como o templo grego, construído em nível mais elevado que o da rua, dando-lhe ainda um maior destaque. No frontispício, como se pode observar na foto 6, há uma alegoria à Lei e à Justiça. Os arquitetos responsáveis pela obra foram Pietro Campofiorito e José Benevento, o mesmo que já planejara a Vila Maria (1918) e a Catedral Diocesana (1935).

Até então, o setor judiciário em Campos era descentralizado, criando sérias dificuldades para o público, que tinha de se deslocar para diferentes prédios, quando precisava dos serviços da Justiça. Como informa Carvalho (1991), a ideia de agrupar tribunais e cartórios num só local foi assunto bastante discutido e, finalmente, aprovado. Pela Deliberação n.º 202, de 17 de julho de 1919, o terreno foi doado ao governo fluminense e o então presidente do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Raul Veiga, autorizou a construção do edifício.

Há, no interior do prédio, uma placa comemorativa que informa o nome do engenheiro responsável pela obra- Dr. Gastão Braga, e a firma construtora- A. Nastasi & Companhia. O curioso é que a data ali impressa- 31/12/1934 – não corresponde à da inauguração, que só ocorreu em 28 de março de 1935, como parte da programação oficial do centenário da cidade.

O nome, Nilo Peçanha, foi uma homenagem ao único presidente campista, falecido em 1924. No período de 14/06/1909 a 15/11/1910, Nilo Peçanha substituiu Afonso Pena, que havia falecido. Entre outras medidas, o então presidente assinou decreto criando o ensino

técnico no Brasil. Na época, Campos fora a única cidade que, não sendo capital, recebeu uma dessas unidades de ensino – a Escola de Aprendizes e Artífices. Hoje, a antiga Escola se chama IFF- Instituto Federal Fluminense. Anteriormente fora denominado Escola Técnica Federal de Campos e depois, CEFET.

A preferência pelo estilo arquitetônico clássico se harmoniza com os valores estéticos vigentes na época. Inspirados em modelos europeus, buscava-se, então, alterar o traçado das ruas, tornando-as mais retilíneas, ampliavam-se avenidas, promovia-se o embelezamento e a racionalização da cidade, nos moldes traçados por Haussmann para a Paris do final do século XIX. Edifícios portentosos eram erigidos nas principais capitais europeias para assinalarem a grandeza e o poder de seus governantes.

O Rio de Janeiro já vivenciara essa transformação, planejada e executada nas primeiras décadas do século XX pelo prefeito Pereira Passos. As cidades do interior tinham a capital por modelo e Campos, na época, a mais importante cidade do interior fluminense e vivendo ainda o período áureo da cana-de-açúcar, incorporou esses ideais estéticos, representados no ajardinamento das praças públicas e na construção de suntuosos prédios.



Foto 6 - Fórum Nilo Peçanha – séc. XXI.

Fonte: Arquivo particular dos autores

É importante ressaltar que os elementos arquitetônicos destacados, representativos do poder simbólico econômico e político da elite social campista, formam um conjunto harmônico com as demais construções daquele recorte espacial. No entorno da Praça Barão do Rio Branco, identificamos vários edifícios cuja arquitetura remete ao início do século XX,

período em que a expansão urbanística da cidade ali se fez presente, como se pode observar nas fotos 7 e 8, a seguir



Foto 7 - Casa dos Rodrigues (Atual Procuradoria Regional do Trabalho 1ºr/RJ)

Fonte: Arquivo particular dos autores.

Também as belas mansões construídas no prolongamento da Rua Gil de Góis e da Avenida Alberto Torres, todas em centro de terreno e em nível mais elevado que a rua, como se vê na foto 8, evidenciam, mais uma vez, que a expansão urbana naquela área foi promovida pela classe social mais abastada. Em que pese a pressão exercida por empreiteiras e incorporadoras, esse conjunto arquitetônico mantém suas formas originais, ainda que, bem próximo, edifícios de apartamentos já estejam surgindo.



Foto 8 - Mansão ao lado do Fórum

Fonte: Arquivo particular dos autores

É verdade que a função para a qual essas construções foram edificadas, com a passagem dos anos, alterou-se. Hoje elas se integram ao presente, exercendo novas funções e sendo adaptadas para exercê-las, sem, contudo, perderem suas características formais de origem.

As pessoas que por ali circulam, utilizando esses espaços, estabelecem novos laços de afetividade, de orgulho, de pertencimento. Assim, passado e presente se entrelaçam. A paisagem atual remete a passado e se insere no presente, estabelece novos laços, novos significados, torna-se parte da memória de uma comunidade que, mesmo lhe atribuindo novas funções e sentidos, tem reconhecido sua importância e a preservado.

Considerações finais

Como se pôde constatar, a paisagem, por ser algo com que se interage diariamente, tem um papel fundamental na formação do ser humano. É a relação paisagem – espaço que confere materialidade e identidade aos lugares. E o espaço urbano se torna, assim, uma espécie de retrato, de espelho da sociedade que nele vive. Por isso mesmo não é estático, mas se atualiza constantemente com a construção de novos espaços ou em função de novos usos que lhes são atribuídos.

Essas modificações que alteram a organização espacial e estrutural urbana têm origem tanto na conjuntura socioeconômica quanto nas demandas percebidas ou idealizadas por aqueles que detêm o poder econômico ou político. São sempre apresentadas como sendo as mais adequadas e necessárias, mas levam, quase sempre, à perda de referenciais que permitem às pessoas identificarem-se com sua cidade. Há a perda dos vestígios e marcas daquilo que constitui sua permanência, o seu tempo, sua própria história e identidade.

De um modo geral, as características morfológicas das cidades remetem às etapas de construção do espaço urbano, como ficou caracterizado no recorte feito neste texto. São elas que conferem especificidade e particularizam determinados períodos. Landim (2004, p.42), citando Kohlsdorf, afirma que “[...] é como se a paisagem falasse, nos contando histórias, despertando afetividade e evocando nossas lembranças, pois a memória dos entes queridos contém os espaços em que viveram.”

Halbwachs (1990), ao expor suas ideias acerca da memória coletiva, afirma que as pessoas recordam seu passado utilizando-se de mecanismos impostos pelo grupo social a que

pertencem. São mecanismos que, de certo modo, reforçam a importância das lembranças, possibilitam que elas sejam compartilhadas e dificultam o esquecimento, já que se tornam coletivas. Além disso, ao mesmo tempo em que reforçam a memória, permitem a diferenciação do grupo em relação aos demais, resgatando o sentido de identidade. Evidencia-se assim o caráter seletivo da memória, tanto individual quanto coletiva, que se traduz na permanência de determinados elementos, os quais passam a constituir o que se denomina patrimônio histórico. Cada grupo social, num determinado momento, escolhe o que considera como patrimônio e lhe confere um valor simbólico. Argan (2005, p.228) ratifica essa ideia, ao afirmar:

“A cidade”, dizia Marsilio Ficino, “não é feita de pedras, mas de homens.” São os homens que atribuem um valor às pedras e todos os homens, não apenas os arqueólogos ou os literatos. Devemos, portanto, levar em conta não o valor em si, mas a atribuição de valor, não importa quem a faça e a que título seja feita. De fato, o valor de uma cidade é o que lhe é atribuído na comunidade e se, em alguns casos, esse é atribuído apenas por uma elite de estudiosos, é claro que estes agem no interesse de toda a comunidade, porquanto sabem que o que hoje é ciência de poucos, será amanhã cultura de todos.

Considera-se, portanto, como patrimônio, esse legado, essa herança cultural que se transmite para as gerações futuras e que remete ao passado histórico da coletividade. É esse um conceito atual. A legislação federal brasileira só veio a regulamentar o patrimônio histórico, arquitetônico e arqueológico a partir de 1937, quando Getúlio Vargas promulgou o Decreto-Lei 25/1937, que criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Esse decreto baseou-se nas conclusões da Carta de Atenas, de 1931, cujo enfoque era dado exatamente à conservação e proteção do patrimônio arquitetônico e a seu entorno.

Ao longo do século XX, porém, o sentido de preservação cultural se ampliou, com o reconhecimento da pluralidade do espaço urbano. Assim, em 1977, o decreto legislativo 80.978/77 ratificou as conclusões da Carta de Paris, de 1972, o que viabilizou a ajuda de organismos internacionais para a recuperação e restauro do patrimônio tombado.

Em 1988 foi promulgada a atual Constituição Federal Brasileira, que, em seu artigo 216, define: “Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira”. Desse modo, a preservação não se restringe mais apenas a bens de caráter monumental, de valor artístico ou arquitetônico, mas os integra ao meio ambiente, reconhecendo, inclusive, os bens arqueológicos como patrimônio.

Em Campos dos Goytacazes, na esfera municipal, em 1991 foi implantado o primeiro Plano Diretor (Lei 5251/91), cujos artigos 103 e 104 traziam listados 49 logradouros sob proteção, na área central da cidade. Também previu a criação do Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico do Município (COPPAM), cujos primeiros membros foram nomeados pela Portaria 626/2002.

O atual Plano Diretor foi promulgado em 31 de março de 2008 (Lei 7.974/2008) e se encontra em harmonia com os conceitos expressos no Estatuto da Cidade. Assim é que, em seus fundamentos, afirma a prevalência do interesse coletivo sobre o individual, prevê a proteção ao meio ambiente, de acordo com as diretrizes atuais de política ambiental e da função socioambiental da propriedade, reafirma o compromisso com a inclusão social, com especial destaque para a questão da acessibilidade urbana, o desenvolvimento sustentável, a universalização das políticas urbanas e a função social da propriedade, além de prever uma gestão integrada e compartilhada, que deve se orientar pelas atividades de planejamento urbano.

Propõe, também, uma série de medidas, entre as quais se destaca a intenção de complementar o inventário histórico e arquitetônico de bens de interesse cultural, de realizar o inventário de bens culturais imateriais da região, tais como comidas típicas, linguajar, literatura, artesanato e folclore, bem como implementar programas de aquisição e recuperação de imóveis localizados no Centro Histórico e adjacências.

Instituiu, também, no seu artigo 214, do Capítulo II, Título 5, quatro áreas de especial interesse: as de especial interesse social (AEIS), de especial interesse ambiental e paisagístico (AEIAP), de especial interesse cultural (AEIC) e de especial interesse para requalificação urbana.

O objeto de nosso estudo, o quadrilátero histórico, situa-se, como não poderia deixar de ser, numa das áreas de especial interesse cultural e, desde 1988, tornou-se bem tutelado, o que revela o reconhecimento de sua importância para a história da cidade.

Por outro lado, nesse sentido mais amplo, entende-se que o patrimônio torna-se capital cultural, ou seja, é um processo social que acumula, renova e até produz rendimentos. Não fica limitado apenas ao aspecto estético ou histórico, mas alcança o econômico, na medida em que a preservação dessa riqueza histórica e cultural pode vir a se tornar uma importante fonte de emprego e renda no município.

Referências

- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.
- BACHELARD, Gastón. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.
- CARVALHO, Waldir P. **Gente que é nome de rua**. Campos: [s.n.], 1985.
- _____. **Campos depois do centenário**. Campos: [s.n.], 1991. v.2.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2008
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: _____. **Geografia: conceitos e temas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001. p.15-47.
- COSGROVE, Denis. Place, landscape and the dialectics of cultural geography. In: MELO, Vera Mayrink. **Paisagens, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000. p.29-48.
- COSTA, Otávio. Paisagem e memória. In: _____. **Espaço e cultura, edição comemorativa** Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 2008. p.148-152.
- CUNHA, Ewerton Paes da. O Palácio dos Barões. In: _____. **Poesia e Prosa para uma Homenagem**. Campos: Instituto Profissional São José, 1980. p.52-57.
- DUNCAN, James. **The city as a text**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- DURKHEIM, Émile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- FEYDIT, Júlio. **Subsídios para a história dos Campos dos Goytacazes**. São João da Barra: Gráfica Luartson, 2004.
- FOLLIS, Fransergio. **Modernização urbana na Belle Époque Paulista**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- JUNQUEIRA, Lília. **A noção de representação social na sociologia contemporânea**. Disponível em: http://www.fclar.unesp/soc/revista/artigo_pdf_res/1819/08junqueira.pdf. Acesso em: 30 out. 2008.
- LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de paisagem urbana**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SOUSA, Horácio. **Cyclo áureo**. 2.ed. Campos: Damadá, 1985.